

*As transformações atuais do Estado,  
a crise política e a crise do Estado.*

NICOS POULANTZAS

---

Este texto tem como objetivo precisar certos pontos metodológicos, cujo esclarecimento aparece como o preâmbulo essencial de uma análise tanto das transformações do Estado capitalista na fase atual do capitalismo monopolista, como da crise do Estado na situação presente de crise do capitalismo. Colocarei assim alguns problemas desta análise e esboçarei algumas linhas de pesquisa.

Este enunciado de apresentação coloca de saída um primeiro problema, traçando já uma linha teórica na pesquisa: com efeito, as transformações consideráveis que afetam os aparelhos de Estado dos países capitalistas desenvolvidos, e que permitem falar, em relação a estes países, de uma forma nova efetiva do Estado capitalista, não se reduzem aos caracteres específicos da crise do Estado, que marca igualmente alguns destes Estados no contexto da crise atual do capitalismo. Algumas destas transformações explicitam, de maneira mais geral, características próprias da fase que a reprodução do capitalismo atravessa: o que significa que, no caso de uma reabsorção eventual da crise do capitalismo e da crise do Estado, as modificações profundas dos aparelhos de Estado não deixarão de persistir. O que significa também que, por outro lado e na medida em que se assiste igualmente a uma crise de alguns destes Estados, esta crise se articula às transformações mais gerais relativas à forma de Estado na fase atual do capitalismo monopolista, e que os caracteres próprios da crise do Estado que afetam estes Estados estão inscritos nestas transformações mais gerais.

Esta distinção entre a fase de reprodução do capitalismo e a crise do capitalismo, do mesmo modo que a distinção consecutiva entre as transformações do Estado derivadas desta fase e aquelas derivadas da crise do Estado exigem já uma definição mais precisa do conceito de "crise". Definição necessária diante da inflação atual do termo crise e que concerne, num primeiro nível, ao mesmo tempo à crise econômica, à crise política, à crise ideológica e às relações entre estas crises, mas que, mais além, nos leva a interrogações sobre as diversas espécies de crise do capitalismo e, mais particularmente, sobre as características próprias e as modalidades da crise política e da crise do Estado atuais.

## I

Pode-se delimitar o conceito de crise, já no nível do que se designa como crise econômica, assinalando que é necessário conseguir evitar, a este respeito, uma dupla armadilha:

a) A concepção da economia e da sociologia burguesas da crise, que corre atualmente as ruas, a saber finalmente a crise como momento ou instante "disfuncional" que rompe, de modo súbito senão por um golpe do destino, o funcionamento de outro modo harmonioso do "sistema", momento forçosamente sempre passageiro (um mau momento que passará) até o restabelecimento necessário do "equilíbrio". Concepção estreitamente solidária a uma visão que oculta as contradições e as lutas de classes inerentes à reprodução mesma do capitalismo, e vê assim na crise uma ruptura radical do equilíbrio quase natural de um sistema de outro modo "integrado" e que, nas condições "normais" (de não-crise), marcha de alguma forma sozinho, por auto-regulação devida às "leis econômicas". Ora, sabe-se, com efeito, que as crises econômicas, devidas em última análise ao funcionamento histórico da tendência à queda do lucro médio — naquilo que esta tendência remete à reprodução das relações de produção capitalistas e às lutas de classes

em torno da exploração — estão não apenas inscritas no seio da contradição fundamental capital/trabalho, mas preenchem igualmente um papel orgânico na reprodução mesma do capital. Estas crises funcionam também como purgações periódicas do capitalismo, quer dizer, como o desencadeamento concentrado e “selvagem” das contratendências à baixa tendencial da taxa de lucro (desvalorização maciça de partes do capital constante, reestruturações permitindo a elevação da produtividade do trabalho e da taxa de exploração, coisas que remetem todas à taxa de lucro médio do capital social). Isto quer dizer, por um lado, que as crises econômicas, longe de serem momentos de desarticulação (disfunção) do “sistema” econômico, em suma um tempo morto, são de algum modo, e sob um certo ângulo, necessárias à sobrevivência e à reprodução mesmas do capitalismo (não é uma crise econômica qualquer que poderá automaticamente abater o capitalismo), sob a condição de que não se traduzam em crises políticas, cujo resultado poderia ser a derubada do capitalismo. Isto quer dizer também, por outro lado, que as crises não constituem um momento acidental no qual explodem elementos anômalos ou heterogêneos ao funcionamento normal, equilibrado e harmonioso do sistema, mas que os *elementos genéricos de crise* (devidos à luta de classes) estão constantemente em ação na reprodução do capitalismo;

b) A concepção mecanicista, evolucionista e economicista da crise que, ao final de uma certa época, foi dominante, com algumas exceções, na Internacional comunista entre as duas guerras, cujas repercussões se fazem sempre sentir, e que deu lugar a um catastrofismo economicista (suas implicações políticas, diga-se de passagem, foram muito graves). Esta concepção, partindo do fato justo de que a reprodução das relações capitalistas, em particular no estágio imperialista-capitalista monopolista, em razão das novas contradições de classes mundiais e da acentuação da tendência à queda de lucro, inclui organicamente, e de modo intensificado, elementos de crise chega à atualidade sempre presente da crise. Esta concepção chega assim a estender o conceito de crise a ponto de fazê-lo recobrir todo um estágio, ou uma fase de reprodução do capitalismo: para a IIIª Internacional, foi a concepção do estágio do capitalis-

mo monopolista como crise sempre atual do capitalismo que levou à noção de “crise geral do capitalismo” e ao emprego que se fez dela. Sob sua forma contemporânea, esta concepção leva a considerar a reprodução atual do capitalismo monopolista como, ela também e por sua vez, fase da “crise geral” ao longo de toda sua duração eventual até o fim do capitalismo, quer dizer, como crise praticamente sempre presente e aberta do capitalismo. Brevemente, considerando de modo economicista, e evolucionista, que, na medida em que se dá sua reprodução, o capitalismo acentua automaticamente seu “apodrecimento” e que ele está vivendo sua última fase, chega-se à consideração de que uma fase de sua reprodução (que é sempre, como por acaso, aquela na qual nos encontramos), coincide todo tempo com uma crise permanente e, de um modo ou de outro, sempre presente. Crise que é desta vez (um “desta vez” que depois de algum tempo começa a tornar-se algo repetitivo) a verdadeira crise geral, a crise final e apocalítica, quando deveria ser evidente que o capitalismo pode sempre (como ele não o pode, isto depende da luta de classes) reabsorver suas crises e prolongar sua reprodução. O que importa reter aqui é que esta concepção termina por dissolver a especificidade mesma do conceito de crise pois, neste sentido, pode-se dizer do mesmo modo que o capitalismo esteve sempre em crise.

Pode-se, a partir destes alertas, situar já o primeiro problema subjacente à constituição do conceito de crise: se é verdade que os *elementos genéricos de crise* estão presentes e permanentemente em ação na produção das relações capitalistas, muito particularmente em sua fase atual, não é menos necessário reservar a este conceito o campo de uma situação particular de condensação das contradições. O que quer dizer que os elementos da crise existentes permanentemente na reprodução do capitalismo devem ser tomados em função das transformações próprias ao estágio e à fase que atravessa o capitalismo, mas que no interior desta periodização dispõem-se as situações de condensação das contradições que podemos designar como crises. Estas crises trazem assim a marca dos períodos que o capitalismo atravessa, sem por isso se diluírem neles: isto vale igualmente para a crise atual, mesmo se, em função da acentua-

ção dos elementos de crise próprios à fase atual, esta crise se situa num contexto geral de instabilidade muito particular caracterizando o conjunto da fase. Em suma, é preciso desconfiar de todo conceito teleológico da crise, conceito que traria em si mesmo uma apreciação do resultado da crise: o fim do capitalismo não depende de uma crise qualquer (a crise geral e final), mas do resultado da luta de classes que nela se manifesta.

## II

O que acaba de ser dito para a crise econômica vale, *mutatis mutandis*, exatamente para as crises políticas, das quais as crises do Estado são um elemento constitutivo.

Com efeito, aqui também se encontram as duas armadilhas de que já falei anteriormente, a saber:

1. A concepção da sociologia e ciência política burguesa da crise política e da crise do Estado. Esta crise seria ela mesma considerada como momento ou instante “disfuncional”, rompendo bruscamente os equilíbrios naturais de um “sistema político” funcionando de outro modo de maneira harmoniosa e por auto-regulação interna: do funcionalismo tradicional ao “sistemismo” atualmente em moda, é sempre, no fundo, a mesma lenga-lenga, a visão subjacente ocultando aqui também, no nível que lhe é próprio (o sistema político), a luta de classes em benefício da concepção de uma sociedade integrada, do pluralismo de “poderes” e de “contrapoderes”, de “institucionalização dos conflitos sociais” etc. Isto não apenas impede que se dê conta da crise em seu lugar próprio, mas também, na medida precisamente em que estas concepções reduzem mais comumente os “conflitos” político-sociais a conflitos de idéias e de opinião, que se fale da crise política de outro modo que não nos termos de “crise de valores” ou “crise de legitimação”. Quando de fato: a) Os elementos genéricos de crise política, devidos à luta de classes, são inerentes à reprodução mesma do poder político institucionalizado; b) A crise política — crise do Estado detém ela mesma, sob certos aspectos, um papel orgânico nesta reprodução da dominação de classe pois, a menos que o resultado da luta chegue à transição para o socialismo, esta crise pode ser a via (às vezes

a única via) para que se restaure, por meios específicos e “a quente”, uma hegemonia de classe vacilante, e a via (às vezes a única via) de uma transformação-adaptação, por meios específicos e “a quente”, do Estado capitalista às novas realidades da luta de classes.

2. A concepção que prevaleceu, ao final de uma certa época e com algumas exceções (em primeiro lugar Gramsci), no seio da Internacional comunista (pós-leninista, digamos para simplificar), mas cujos efeitos se fazem ainda sentir, e que leva, aplicada à crise política e à crise do Estado, aos mesmos avatares que quando é aplicada à crise econômica. Partindo do fato justo de que o domínio político comporta, em particular no estágio imperialista, permanentemente elementos genéricos de crise política devidos às coordenadas da luta de classes, ela concluía na concepção deste estágio como o de uma crise política sempre atual e na concepção do Estado deste estágio como Estado de crise aberta e permanente. O que, aqui também, acaba por dissolver a especificidade mesma do conceito de crise política e teve repercussões graves: no que concerne à crise política, a identificação, em função da impossibilidade neste contexto de uma elaboração teórica do conceito de crise, de toda crise política a uma “situação revolucionária”, situação que, além disso (com exceção de alguns raros e breves momentos de lucidez, foi declarada quase sempre atual até o VIIº Congresso (1935) da Internacional, o de Dimitrov abrindo o caminho às Frentes populares. No que concerne ao Estado, esta concepção teve como consequência, em particular durante o período 1928-1935 quando chegou a seu auge, a redução das transformações dos Estados capitalistas de então, derivadas do estágio e da fase de reprodução do capitalismo, a uma crise destes Estados, na ocorrência de uma fascistização destes estados que acompanharia, por suposição, a “crise revolucionária” permanente. Assim as formas democrático-parlamentares, sob as quais estas transformações ocorriam em alguns destes Estados, foram identificadas às formas de Estado fascistas oriundas, elas, de uma crise política de caracteres específicos.

Pode-se então, aqui também, delimitar já os problemas que a constituição do conceito de crise política coloca: embora o domínio político, inclusive o dos aparelhos de Es-

tado, compreenda permanentemente, sob o capitalismo e em particular (nós o veremos) na fase atual, elementos genéricos de crise, é preciso reservar para o conceito de crise política o campo de uma situação particular de condensação das contradições, e isto vale igualmente para a fase atual do capitalismo, *mesmo se estas crises figuram aqui num contexto geral e permanente de instabilidade muito particular* (acentuação, própria da fase atual, dos elementos de crise política). Em suma, a crise política consiste em uma série de traços particulares resultantes desta condensação das contradições no domínio político, e que afetam tanto as relações de classe em sua luta política como os aparelhos de Estado.

### III

Mas esta elucidação referente à crise política coloca, por sua vez, uma série de problemas novos: em primeiro lugar, o das relações entre a crise econômica e a crise política. Com efeito, ao contrário de uma concepção economicista, uma crise econômica não se traduz nem automaticamente, nem necessariamente, nem de modo unívoco em crise política e crise do Estado. É isto por que o político não é um simples reflexo ou expressão do econômico: o Estado capitalista é caracterizado por uma “separação” relativa com relação ao espaço das relações de produção, de acumulação do capital e de extração da mais-valia (a economia), separação que abordarei novamente e que constitui um campo específico com estrutura organizacional própria. A luta política de classe, que tem por objetivo o poder e o aparelho do Estado, também não é redutível à luta econômica (nem é um simples reflexo dela): se inscreve ela também num campo específico. Segue-se que:

1. A crise política, relativa à luta política de classes e aos aparelhos de Estado, comporta uma série de traços particulares que só podem ser tomados em seu quadro referencial específico: isto implica que uma crise econômica não se traduz necessariamente em crise política;

2. Pode-se assistir a crises políticas que estando, certamente, em relação com as coordenadas fundamentais de reprodução das relações de produção e das lutas em torno da

exploração, não estão no entanto em relação com nenhuma crise econômica no sentido rigoroso do termo: nada de mais falso do que acreditar que uma crise política, uma intensificação e uma condensação das lutas de classe a nível político e no seio do Estado só podem “resultar” de uma crise econômica no sentido estrito, e que de algum modo a pressupõem;

3. Uma crise econômica pode-se traduzir em crise política, e é precisamente o que se passa atualmente em alguns países capitalistas. Dever-se ia reservar assim para designar estas crises, que manifestam uma crise do conjunto das relações sociais, um termo particular: uma crise de hegemonia (crise orgânica) segundo o termo de Gramsci, ou “crise estrutural”, segundo um termo atual. Com efeito, este caráter estrutural da crise atual não reside apenas nas particularidades certas que ela apresenta como crise econômica, mas igualmente na sua repercussão em crise política e crise do Estado. Ainda assim é preciso esclarecer a ambigüidade que ameaça penetrar neste termo crise estrutural: não se deveria tomar este termo estrutural no sentido usual e descritivo que designa a “estrutura”, segundo seu grau de permanência, em oposição à “conjuntura”, que supostamente designa o secundário e o efêmero, pois, neste caso, arriscamo-nos a cair na armadilha já assinalada, isto é, a entender por crise estrutural um traço permanente do capitalismo em sua fase atual, ver nesta, inevitavelmente, a crise final do capitalismo, e a diluir assim a especificidade mesma do conceito de crise. Pode-se, ao contrário, manter este termo reservado sempre como campo de crise atual (estrutural) uma conjuntura particular, se se designa precisamente por crise estrutural uma crise profunda que afeta o conjunto das relações sociais (crise econômica e crise política) e que se manifesta numa conjuntura, no sentido de uma situação de desvendamento e condensação das contradições inerentes à estrutura social. Isto significa que é preciso, neste sentido, *relativizar* a noção mesma de crise estrutural: se a crise econômica atual se distingue claramente das simples crises econômicas cíclicas do capitalismo, ela só constitui uma crise estrutural ou uma crise de hegemonia para certos países capitalistas onde ela se traduz em crise político-ideológica no sentido próprio do termo.



4. A crise econômica pode então se traduzir em crise política. Mas, neste caso também, e pelas razões evocadas, isto não implica uma concordância cronológica, quer dizer, uma contemporaneidade das duas crises e de seus processos próprios: em função da especificidade do campo político constata-se frequentemente defasagens entre as duas crises e seus ritmos próprios. A crise política e crise do Estado pode apresentar um atraso com relação à crise econômica, quer dizer, atingir seu ponto culminante ou mesmo se desencadear em um momento em que a crise econômica está perdendo sua intensidade (foi o caso da crise política na Alemanha que levou à chegada do nazismo ao poder — 1933 — e da crise política na França que levou à chegada da Frente popular ao poder — 1936 — em suas relações com a crise econômica de 1929) ou ainda se reabsorver. Observação importante no contexto atual, onde transparecem muitos sinais de “retomada” econômica, retomada que supostamente interromperia inevitavelmente o processo da crise política. Mas a crise política pode, do mesmo modo, preceder uma crise econômica, articulando-se a ela (sempre segundo as defasagens) em seguida: é a partir desta linha que se pode compreender, notadamente na França, os efeitos prolongados e atuais de maio de 1968, momento em que a crise econômica, supondo-se mesmo que já se houvesse desencadeado, estava em todo caso ainda longe de ter produzido efeitos maciços. Enfim, a crise política pode preceder a crise econômica, constituindo, desta vez, um dos fatores ou mesmo o fator principal desencadeador desta (caso do Chile sob Allende).

#### IV

Seria necessário enfim mencionar alguns pontos suplementares relativos à crise política:

1. Pode-se determinar os caracteres gerais de uma crise política e de uma crise do Estado, e apreender esta crise na generalidade de seu conceito. Mas a partir desta conceitualização da crise política pode-se especificar as *espécies particulares* desta crise: toda crise política, por exemplo, não se identifica nem com uma situação revolucionária nem com uma crise de fascistização, que embora apresentem os ca-

07 6 p... racteres gerais da crise política constituem espécies bastante particulares, especificadas por traços próprios. Observação igualmente importante hoje em dia, na medida em que temos às vezes tendência a identificar a crise política — crise do Estado a um processo de fascistização.

2. Uma crise política, mesmo recobrando uma situação-conjuntura precisa, não se reduz no entanto a uma espécie de deflagração momentânea ou instantânea, mas constitui um *processo efetivo*, com ritmo próprio, com tempos fortes e tempos fracos, com altos e baixos, e que pode frequentemente se estender por um longo período: é este processo mesmo que, todo o tempo, consiste de uma situação-conjuntura particular de condensação de contradições.

3. A crise política compreende, como um de seus elementos próprios, a crise do Estado, mas não se reduz a ela, ao contrário da corrente “institucionalista-funcionalista”, “sistêmica” também, da sociologia e da ciência política burguesa, que vê, em primeiro lugar, na crise política seu aspecto de “crise das instituições” ou de crise do “sistema político”. A crise política consiste principalmente em modificações substanciais das relações de força da luta de classes, modificações que, elas mesmas, determinam de modo específico os elementos próprios da crise no seio dos aparelhos do Estado: formas revestidas pelas contradições entre as classes em luta, configuração das alianças de classe ao mesmo tempo por parte do bloco no poder e por parte das classes exploradas-dominadas, emergência de novas forças sociais, relações entre as formas de organização-representação das classes e aquelas, novas contradições entre o bloco no poder e algumas das classes dominadas funcionando como classes-apoios de bloco no poder etc.

Ora, estes traços constitutivos da crise política na luta de classes determinam a crise no seio dos aparelhos do Estado: mas, em função tanto da autonomia relativa que o Estado capitalista possui com relação, em particular, ao bloco no poder, como de sua ossatura organizacional própria devida a sua separação específica do espaço econômico, esta determinação não é ela mesma nem direta nem unívoca. A crise política nas relações de classe se exprime no seio do Estado de modo sempre específico, e por uma série de mediações.

4. Falei até aqui apenas da crise política em suas relações com a crise econômica. É preciso agora abordar a questão da crise ideológica, e avançarei a seguinte proposição: a crise política se articula sempre a uma crise ideológica, que é um elemento constitutivo da crise política.

Antes de mais nada por que as relações de dominação-subordinação ideológica estão elas mesmas diretamente presentes não apenas na reprodução, mas igualmente na constituição das classes sociais, cujo lugar objetivo no seio da divisão social do trabalho não se reduz às relações de produção, embora estas desempenhem um papel determinante. Mas este papel da ideologia é ainda mais importante na constituição das classes em forças sociais, quer dizer, na posição das classes no seio de uma dada conjuntura de sua luta, conjuntura que é o lugar próprio da crise política: as relações ideológicas são, diretamente, parte ativa das relações de força entre as classes, na configuração das alianças, nas formas de organização-representação que estas classes constroem, nas relações entre o bloco no poder e as classes dominadas etc.

Em seguida porque, conseqüentemente, as relações ideológicas, e notadamente a ideologia dominante, estão organicamente presentes na constituição mesma dos aparelhos do Estado, sendo que um de seus papéis consiste em reproduzir a ideologia dominante em suas relações com as ideologias ou subconjuntos ideológicos das classes dominadas. Com efeito, a ideologia não consiste apenas de idéias: ela está encarnada (cf. a obra de Gramsci, acerca de quem dispõe-se hoje na França dos trabalhos de Chr. Buci-Glucksmann e de M. A. Macciocchi) nas práticas materiais, nos hábitos, nos costumes, nos modos de vida de uma formação social. Enquanto tal, e na medida em que as relações ideológicas constituem, elas também, as relações de poder absolutamente essenciais à dominação de classe, a ideologia dominante se materializa e se encarna nos aparelhos de Estado.

Com efeito, por um lado, as classes dominantes não podem dominar as classes exploradas, por meio do Estado, através do simples emprego da violência, da força física. Esta violência deve sempre se apresentar como legítima, por uma atuação, por meio do Estado, da ideologia dominante capaz de provocar um certo consenso da parte de algumas classes

e frações dominadas. Por outro lado, o próprio Estado tem, com relação ao bloco no poder, um papel de organização, unificando-o e instaurando seu interesse político geral face às lutas das classes dominadas: papel de unificação-representação do Estado com relação às próprias classes dominantes, que apela diretamente para a ideologia dominante. Enfim, a ideologia dominante, nas formas de funcionamento-inculcação de que ela se reveste no interior e no próprio seio do aparelho do Estado, constitui um "cimento" indispensável para unificar as pessoas nos diversos aparelhos de Estado e fazê-lo funcionar "a serviço" das classes dominantes.

Segue-se que toda crise política, tanto na modificação das relações de força da luta de classes e nas rupturas internas que ela provoca no seio dos aparelhos do Estado, se articula necessariamente a uma crise ideológica que, no que concerne ao Estado, se traduz em uma crise de legitimação. A crise política se articula notadamente a uma crise da ideologia dominante, tal como ela se materializa não apenas nos aparelhos ideológicos (Igreja, meios de informação de massa, aparelho cultural, aparelho escolar etc.), mas igualmente no aparelho de intervenção econômica do Estado e nos seus aparelhos por excelência repressivos (exército, polícia, justiça etc).

### *O Estado e a Economia*

Seria preciso agora, para avançar no exame da crise política em seu aspecto de crise do Estado, esclarecer alguns pontos suplementares relativos ao Estado capitalista, muito particularmente na fase atual do capitalismo monopolista.

1. E inicialmente no que concerne às relações entre o Estado e a economia. O espaço das relações de produção, de exploração e de extração do sobretrabalho (espaço de reprodução e de acumulação de capital e de extração de mais-valia no modo de produção capitalista: MPC) não constitui nunca, nem nos outros modos de produção (pré-capitalista), nem no MPC, um nível hermético e fechado, auto-reprodutível e possuindo suas próprias leis de funcionamento interno. É preciso com efeito se desfazer de uma concepção economista-formalista, que considera o econômico como composto de elementos não-variantes ao longo dos diversos mo-

dos de produção, de natureza ou de essência quase aristotélica, espaço auto-reprodutível e auto-regulado por uma espécie de combinatória interna. Além desta concepção ocultar o papel da luta de classes localizada no seio mesmo das relações de produção, leva igualmente a considerar o espaço ou o campo econômico (e, em contrapartida, o do Estado) como imutável, possuindo limites intrínsecos traçados pelo processo de sua pretendida auto-reprodução/combinatória, ao longo de todos os modos de produção.

Quanto às relações entre o Estado e a economia, esta concepção acaba por considerá-las como relações de *exterioridade de princípio*, embora ela possa se apresentar sob formas diferentes: a) Sob a forma do economicismo tradicional, preso a uma representação descritiva e topológica das relações entre a “base” e a superestrutura, e que considera o Estado como um simples apêndice-reflexo da economia: a relação do Estado e da economia consistiria, na melhor das hipóteses, na famosa “ação de retorno” do Estado sobre uma base econômica, considerada no essencial como auto-suficiente; b) Sob a forma, mais sutil, da representação do conjunto social em “instâncias” ou “níveis” por *natureza* ou por *essência* “autônomos”, com espaços respectivos intrínsecos, ao longo dos diversos modos de produção. Será a combinação *a posteriori* destas instâncias por natureza autônomas e de contornos por essência imutáveis que produzirá os diversos modos de produção, sendo a essência destas instâncias um pressuposto de sua relação no seio de um modo de produção.

Avançarei então algumas proposições críticas com relação a esta concepção:

1. O político-Estado (mas é igualmente o caso para a ideologia) foi sempre, se bem que em formas diferentes para cada modo de produção, constitutivamente presente nas relações de produção e, assim, em sua reprodução, inclusive também na fase pré-monopolista do capitalismo, ao contrário de uma série de ilusões relativas ao “Estado liberal” que supostamente não teria intervindo na economia, a não ser para manter as “condições externas” da produção. Certamente, o lugar do Estado com relação à economia se modifica segundo os diversos modos de produção; mas este lugar não é nunca senão a modalidade de uma presença e

ação específicas do Estado no seio mesmo das relações de produção e de sua reprodução.

2. Segue-se que o espaço, o objeto e portanto os conceitos da economia e do Estado não têm, não podem ter, nem a mesma extensão, nem o mesmo campo nos diversos modos de produção. Os diversos modos de produção, mesmo num nível abstrato, da mesma forma que não se constituem das formas puramente econômicas, resultantes de uma combinação cada vez diferencial de elementos "econômicos" em si invariantes se movendo num espaço fechado em limites intrínsecos, não constituem combinações entre estes elementos e elementos invariantes de outras instâncias (a ideologia, o Estado) elas mesmas consistindo supostamente de espaços imutáveis. É o modo de produção, unidade de conjunto de determinações econômicas, políticas, ideológicas, que confere a estes espaços seus limites, desenha seu campo, define seus elementos respectivos: é inicialmente sua relação que os constitui.

3. O MPC apresenta então, no que diz respeito às relações do Estado e da economia, uma especificidade característica com relação aos modos de produção pré-capitalistas: a de uma separação relativa entre o Estado e a economia no sentido capitalista destes dois termos, ligada, enfim, à especificidade das relações de produção capitalistas, a saber à desapropriação (à separação na relação de posse) dos trabalhadores diretos de seus objetos e meios de trabalho, e ligada, assim, à especificidade da constituição das classes, e da luta de classes, sob o capitalismo. Separação que corta a "imbricação estreita" (Marx) do Estado e da economia nos modos de produção pré-capitalistas, e que está na base do arcabouço institucional próprio ao Estado capitalista, pois traça os novos espaços e campos respectivos da economia e do Estado.

Mas, levando em consideração as observações precedentes, nos damos conta de que, da mesma forma que esta separação não é a forma capitalista de instância por natureza autônomas, ela não significa que, sob o capitalismo, tratar-se-ia de uma exterioridade real do Estado e da economia, intervindo o Estado, sob o capitalismo, na economia apenas do "exterior". Esta separação, que atravessa toda a história do capitalismo e que não impede de modo algum, já na

fase pré-monopolista do capitalismo, o papel constitutivo do Estado nas relações de produção capitalistas, não é senão a forma precisa que reveste, no capitalismo, a presença específica e constitutiva do Estado nas relações de produção e, assim, em sua reprodução.

4. Seria preciso agora avançar uma proposição suplementar: esta separação do Estado e da economia se transforma ela mesma, sem ser abolida, *segundo os estágios e fases do próprio capitalismo*. Com efeito, o espaço, o objeto e portanto o conteúdo dos conceitos respectivos do político e da economia se modificam não apenas em função dos diversos modos de produção, mas igualmente dos estágios e fases do próprio capitalismo, precisamente na medida em que ele constitui um modo de produção que apresenta uma reprodução ampliada.

É na "forma transformada" desta separação, e na modificação destes espaços (devida ela mesma às modificações das relações de produção capitalistas) que se inscreve o papel decisivo do Estado no próprio ciclo de reprodução e de acumulação do capital na fase atual do capitalismo monopolista, papel qualitativamente diferente do que se revestiu no passado do capitalismo. É na medida exata em que (em função das modificações nas relações de produção, na divisão do trabalho, na produção da força de trabalho, na extração da mais-valia e na exploração) uma série de domínios, de marginais que eram anteriormente (qualificação da força de trabalho, urbanismo, transportes, saúde, meio ambiente etc.) se integram diretamente no espaço mesmo da acumulação do capital, ampliando-o na medida em que também setores econômicos inferiores de valorização do capital (capital público e nacionalizado) se integram ao espaço do Estado, ampliando-o, que as relações entre os dois bem como as funções do Estado com relação à economia se modificam. Mas estas modificações não anulam a separação relativa do Estado e da economia, devida ao germe, ao longo de suas transformações, das relações de produção capitalistas, precisamente enquanto capitalistas. É notadamente esta separação que marca os limites estruturais da "intervenção" do Estado na economia e de seu papel de "regulação", inclusive na fase atual do capitalismo monopolista.

5. É apenas deste modo que se pode situar de forma rigorosa o sentido das intervenções atuais do Estado na economia, e seus limites (*quem intervém, onde e como intervém*), bem como perceber as relações atuais entre a crise econômica e a crise política — crise do Estado. Assinalo, no momento, os elementos importantes quanto a este aspecto:

- a) Na medida em que os espaços respectivos do Estado e da economia se modificam atualmente, e em que o Estado intervém na economia de modo diferente do passado, as condições de repercussão da crise econômica em crise política se modificam na medida em que, por um lado, a crise econômica se traduz em crise política de modo mais direto e orgânico que no passado; por outro lado, na medida em que as intervenções do Estado na economia tornam-se elas mesmas fatores geradores da crise econômica; b) Portanto, na medida em que a separação do Estado e da economia é, embora transformada, mantida, as intervenções do Estado na economia, inclusive no sentido de uma jugulação da crise econômica, apresentam sempre limites, limites que não são outros senão aqueles da reprodução-acumulação do capital, à qual corresponde a estrutura mesma do Estado, o que entre outras coisas demonstra a impossibilidade de um capitalismo atual “organizado-planificado”, bem sucedido em evitar, em controlar ou em “gerir” as crises por meio das intervenções do Estado; por outro lado, a crise política — crise do Estado se situa sempre em um campo específico com relação à crise econômica: a crise econômica atual, embora se distinga das simples crises cíclicas do capitalismo, não se traduz também necessariamente, de modo unívoco e em todos os países capitalistas, em crise política — crise do Estado.

## II.

1. As transformações das relações entre o Estado e a economia e o novo papel econômico do Estado, portanto as novas relações entre crise econômica e crise política, remetem a modificações substanciais das relações de produção capitalistas, em toda a sua complexidade, tanto no plano mundial como nacional, modificações que na verdade subentendem processos tais como a concentração do capital. Esta focalização de pesquisas sobre as relações de produção



capitalistas e suas transformações leva a romper com a concepção economicista destas relações, que nos foi legada pela IIIª Internacional, na medida particularmente em que se deve apreender o primado das relações de produção sobre as “forças produtivas”, situando exatamente o conteúdo destes dois termos, primado que tem como efeito o processo de produção. Notadamente no que concerne às relações de produção, somos levados a considerá-las como a forma mesma de existência da divisão social do trabalho e não como a simples cristalização de um processo das forças produtivas enquanto tais: o que permite precisamente apreender a separação capitalista do Estado e da economia como uma presença específica do político ( e da ideologia) nas relações de produção e a divisão social do trabalho capitalista. Isto significa dizer também que as modificações atuais do papel do Estado na economia recobrem, por meio das modificações das relações de produção, modificações substanciais da reprodução da força de trabalho e da divisão do trabalho (inclusive sob as novas formas de divisão trabalho manual — trabalho intelectual), tanto no plano mundial como nacional. É apenas desta forma que se pode compreender o primado, no ciclo do conjunto de reprodução do capital social (produção-consumo-repartição do produto social), da produção e das relações de produção sobre as relações de circulação do capital: a crise econômica e as relações entre esta e a crise política — crise do Estado, mesmo se estendendo sobre o conjunto do ciclo de reprodução do capital social, se situam em primeiro lugar nas novas relações do Estado por um lado, das relações de produção e da divisão do trabalho por outro, contrariamente a toda uma tendência atual que inscreve a crise apenas no espaço da circulação (em torno do “objeto”-mercadoria) e vê, no essencial, na crise do Estado uma simples crise de legitimidade (derivada da “comercialização” da “produção simbólica”, da “circulação” e “fetichização” dos signos, símbolos etc).

2. Deste modo, o exame desta nova relação do Estado e da economia, da crise política e da crise econômica, deve tomar como fio condutor a queda tendencial da taxa de lucro enquanto o índice e sintoma das transformações profundas das relações de produção e da divisão do trabalho, tomar então como fio condutor as condições particulares de

funcionamento desta queda tendencial na fase atual do capitalismo. A crise atual do Estado deve ser situada, em primeiro lugar, no funcionamento, por meio do Estado, das *contratendências* a esta queda tendencial com relação às novas coordenadas, na fase atual, o estabelecimento do lucro médio: a) Papel do Estado relativo à contratendência dominante antes de mais nada, a elevação da taxa de exploração e de mais-valia, o que remete diretamente ao próprio seio da luta de classes em torno da exploração (deslocamento da dominância para a exploração intensiva do trabalho e a mais-valia relativa, inovações tecnológicas e reestruturações industriais, processo de qualificação-desqualificação da força de trabalho, extensão e modificação do próprio espaço de reprodução e de "gestão" da força de trabalho etc; b) Papel do Estado também na contratendência que consiste em desvalorizar uma parte do capital excedente acumulado para elevar a taxa do lucro médio (capital público e nacionalizado que, explorando e produzindo mais-valia, funciona com lucro inferior à taxa média ou com lucro nulo ou negativo, subvenções e encomendas públicas etc), O que produz transferências consideráveis de mais-valia de certos capitais a outros e remete a lutas da classe intensas no seio mesmo da classe dominante. As condições atuais de funcionamento desta tendência explicam assim, além disso, o fato de que os elementos de crise se acentuam na fase atual do capitalismo, estando a própria crise situada num contexto de instabilidade muito particular, caracterizando o conjunto desta fase.

3. Não me estendo mais sobre este tema, retomado aliás em outras contribuições neste volume. O que acabo de dizer deveria bastar para mostrar um fato decisivo para o estudo da crise política — crise do Estado em suas relações com a economia e com a crise econômica: estas relações não podem ser tomadas como relações do Estado e das "leis" inconscientes da economia, mas remetem diretamente às lutas de classe situadas no próprio seio das relações de produção e de exploração. Aprender a crise do Estado em suas relações com a economia e com a crise econômica significa, finalmente, apreender as relações entre a luta econômica (crise econômica) e a luta política de classe (crise política) e apreender a

maneira pela qual as contradições de classe repercutem no seio mesmo dos aparelhos de Estado.

### *O Estado e as relações de classe*

Para apreender a maneira pela qual as contradições de classe (crise econômica e crise político-ideológica) repercutem no próprio seio do Estado (crise do Estado), é preciso fazer algumas observações suplementares acerca da natureza mesma do Estado e suas relações com as classes sociais, em particular na fase atual do capitalismo monopolista.

1. O Estado capitalista, hoje como no passado, deve representar o interesse político a longo prazo do conjunto da burguesia (o capitalismo coletivo em idéia) sob a hegemonia de uma de suas frações, atualmente o capital monopolista. Isto implica que: a) Atualmente a burguesia se apresenta sempre como constitutivamente dividida em frações de classe: capital monopolista e capital não-monopolista, frações do capital monopolista (pois o capital monopolista não é uma entidade integrada, mas designa um processo contraditório e desigual de “fusão” entre diversas frações do capital), fracionamentos duplicados se levamos em conta as coordenadas atuais da internacionalização do capital; b) Estas frações burguesas se situam em seu conjunto, embora em graus variáveis e cada vez mais desiguais, no terreno da dominação política, fazendo então sempre parte do bloco no poder; c) O Estado capitalista deve deter sempre uma autonomia relativa com relação a esta ou aquela fração do bloco no poder (inclusive com relação a esta ou aquela fração do próprio capital monopolista) para assumir seu papel de organizador político do interesse geral da burguesia (do “equilíbrio instável dos compromissos” entre suas frações, dizia Gramsci) sob a hegemonia de uma destas frações; d) As formas atuais do processo de monopolização e a hegemonia particular do capital monopolista sobre o conjunto da burguesia impõem, hoje, uma restrição considerável dos limites da autonomia relativa do Estado com relação ao capital monopolista e do campo de compromissos deste com as outras frações da burguesia.

Ora, de que forma se estabelece concretamente esta política do Estado em favor do bloco no poder, não seria senão um outro modo de colocar a questão de repercussão das

contradições de classe no seio do Estado, questão que está no cerne do problema da crise do Estado? Para apreender bem esta questão, é preciso ver que o Estado, no caso capitalista, não deve ser considerado como uma entidade intrínseca, mas, como é aliás o caso para "o capital", como uma relação, mais exatamente uma condensação material (o Estado-aparelho) de uma relação de forças entre classes e frações de classe tal como se exprimem, sempre de modo específico (separação relativa do Estado e da economia dando lugar às instituições próprias do Estado capitalista) no próprio seio do Estado. Tomar o Estado como condensação material de uma relação é evitar os impasses de um pseudodilema na discussão atual sobre o Estado, entre o Estado concebido como coisa-instrumento, e o Estado concebido como Sujeito. O Estado como Coisa: a velha concepção instrumentalista do Estado, utensílio passivo, senão neutro, totalmente manipulado por uma única fração, caso em que não se reconhece nenhuma autonomia ao Estado. O Estado como Sujeito: a autonomia do Estado, considerada aqui como absoluta, é relacionada a sua vontade própria como instância racionalizante da sociedade civil. Concepção que remonta a Hegel, retomada por Max Weber e pela corrente dominante da sociologia política burguesa (a corrente "institucionalista-funcionalista") e que relaciona esta autonomia ao poder próprio que o Estado supostamente detém e aos portadores deste poder e da racionalidade estatal: notadamente a burocracia e as elites políticas. Com efeito, é um traço próprio desta tendência dotar as instituições-aparelhos de poder próprio, quando na verdade o aparelho de Estado não possui poder, já que só se pode entender por poder de Estado o poder de certas classes e frações, a cujos interesses corresponde o Estado.

O que nos interessa de agora em diante é ver que, nestes dois casos (o Estado concebido como Coisa (ou) como Sujeito) a relação Estado — classes sociais e em particular Estado classes e frações dominantes é tomada como relação de exterioridade: ou as classes dominantes submetem o Estado (Coisa) através de um jogo de "influências" e de "grupos de pressão", ou o Estado (Sujeito) submete as classes dominantes. Nesta relação de exterioridade, Estado e classes dominantes são considerados como duas entidades intrínsecas que "se confrontam" entre si, uma "frente" à outra, e uma possuindo o

“poder” que a outra não teria, segundo uma concepção tradicional do poder como quantidade dada numa sociedade: a concepção do “poder-soma-zero”. Ou a classe dominante “absorve” o Estado, esvaziando-o de seu poder próprio (o Estado-Coisa) ou o Estado “resiste” à classe dominante e lhe retira seu poder em seu próprio proveito (o Estado-Sujeito é árbitro entre as classes sociais, concepção bem ao gosto da social-democracia).

Ora, o Estado é a condensação material de uma relação: o que significa dizer, voltando ao nosso problema inicial, que sua autonomia relativa e seu papel no estabelecimento do interesse geral da burguesia sob a hegemonia de uma fração (atualmente o capital monopolista), em suma a política do Estado, não podem ser reduzidos a seu poder próprio ou a sua vontade racionalizante. O estabelecimento desta política deve ser considerado na verdade, como a resultante das contradições de classe inscritas na estrutura mesma do Estado (o Estado é uma relação). Com efeito, tomar o Estado como a condensação de uma relação de força entre classes e frações de classe tal como se exprimem, de modo específico, no seio do Estado, significa que o Estado é constituído-atravesado em toda parte pelas contradições de classe. Isto significa que uma instituição, o Estado, destinada a reproduzir as divisões de classe não é, não pode jamais ser, como o consideram as concepções do Estado-Coisa e do Estado-Sujeito, um bloco monolítico sem fissuras, mas é ele mesmo, com sua própria estrutura, dividido. Ora, que forma específica estas contradições de classe revestem, e particularmente aquelas entre frações do bloco no poder, constitutivas do Estado? Elas revestem precisamente a forma de contradições internas entre os diversos ramos e aparelhos do Estado, e no seio de cada um deles, na medida em que cada um deles (ou cada escalão de cada um) constitui freqüentemente a sede e o representante privilegiado de tal ou qual fração do bloco no poder, em suma a cristalização-concentração de tal ou qual interesse particular: executivo e parlamento, exército, magistratura, diversos ministérios, aparelhos regionais-municipais e aparelho central, diversos aparelhos ideológicos etc.

Neste quadro, o estabelecimento pelo Estado do interesse político geral e a longo prazo do bloco no poder (o equilíbrio instável dos compromissos) sob a hegemonia de tal ou

qual fração do capital monopolista, o funcionamento concreto de sua autonomia relativa, e também os limites desta diante do capital monopolista, em suma a política atual do Estado aparece como um processo da resultante destas contradições interestatais, processo que, num primeiro nível e a curto prazo, aparece ele mesmo como prodigiosamente incoerente e caótico. Na verdade, trata-se de um processo de seletividade estrutural, por parte de um aparelho da informação dada e das medidas tomadas pelos outros; de um processo contraditório de decisões mas também de “não-decisões” por parte dos ramos e aparelhos do Estado; de uma determinação, inscrita na ossatura organizacional mesma do Estado; de prioridades, mas também de contraprioridades, cada ramo e aparelhos entrando freqüentemente em curto-circuito com os outros; de um conjunto de medidas pontuais, conflituosas e compensatórias frente os problemas do momento; de um processo de filtração escalonado, por cada ramo e aparelho das medidas tomadas por outros. A política do Estado se estabelece assim por este processo de contradições interestatais, na medida em que estas constituem contradições de classe, e notadamente das frações do bloco no poder.

Tal questão coloca, neste contexto, o problema da unidade, através de suas fissuras, do poder de Estado, quer dizer o problema de sua política global e maciça em favor do capital monopolista. Esta unidade não se estabelece por uma simples tomada física do Estado por parte dos portadores do capital monopolista, ou por sua vontade coerente, mas precisamente por este processo contraditório implicando transformações institucionais do Estado tais que alguns centros de decisões e nós dominantes não possam ser, por sua natureza, senão permeáveis aos interesses monopolistas, instaurando-se como centros de orientação da política monopolista do Estado e como pontos de estrangulamento das medidas tomadas “alhures” (porém dentro do Estado) em favor de outras frações do capital. Tal processo pode tomar inúmeras formas: a da dominação complexa de um aparelho ou ramo do Estado (um ministério por exemplo), aquele que cristaliza por excelência os interesses monopolistas, sobre outros ramos e aparelhos do Estado, centros de resistência de outras frações do bloco no poder; a de uma rede transestatal que recobre e permeia, a todos os níveis, os diversos aparelhos e ramos do Es-

tado (é o caso da DATAR atualmente), rede cristalizadora por excelência, por sua própria natureza, dos interesses monopolistas; enfim, a forma de circuitos de formação e de funcionamento de corpos — destacamentos especiais de altos funcionários do Estado, dotados de um alto grau de mobilidade não apenas interestatal, mas igualmente entre o Estado e os negócios monopolistas (X, ENA etc) e que, sempre por meio de transformações institucionais importantes (papel atual dos famosos gabinetes ministeriais, do Comissariado do Plano etc) são encarregados de (e levados a) colocar em ação a política em favor do capital monopolista.

2. Estas observações que concernem a natureza do Estado capitalista tal como ela se manifesta, em particular na fase atual do capitalismo monopolista, são contudo importantes para se apreender igualmente a tradução da crise política em crise do Estado. Na verdade, a crise política (se bem que seja necessário distinguir entre diversas espécies de crise política) concerne, por parte do bloco no poder, a uma acentuação considerável das contradições internas entre as frações que o compõem, uma politização destas contradições, um questionamento da hegemonia da fração hegemônica por parte das outras frações que fazem parte do bloco no poder e freqüentemente, uma modificação da relação entre os diversos componentes deste bloco, uma crise ideológica que leva, por um lado, a uma ruptura do laço representantes-representados entre as classes e as frações de classe do bloco no poder, e por outro atinge seus partidos políticos, mas também alguns outros aparelhos do Estado que os representam. Isto significa um questionamento do papel do Estado como organizador do bloco no poder. Estas contradições, próprias da crise política, no seio do bloco no poder, repercutem, de modo específico, no seio do Estado, sob a forma de contradições internas acirradas entre ramos e aparelhos de Estado e no seio de cada um deles; de deslocamentos complexos de dominância de um ramo e aparelho para outros, de permutações de funções entre os aparelhos e de recobrimentos de usurpações de seus campos de ação respectivos; de cisões entre centros de poder real e lugares do poder formal; de acentuação do papel ideológico dos aparelhos repressivos acompanhando o reforço do exercício da violência de Estado; de deslocamento do papel organizacional do Estado de certos aparelhos destinados muito particular-

mente a este papel (sobretudo os partidos políticos) para outros (a administração, o exército); de duplicação e de recobrimen-to dos aparelhos "oficiais" do Estado por uma série de redes paralelas; de subversões substanciais do direito que, entre outras coisas, delimita o campo de ação dos aparelhos do Estado e regula suas relações; de rupturas importantes no próprio seio do pessoal do Estado. Coisas que não se reduzem, então a uma simples crise do cenário político (crises governamentais por exemplo), que se traduzem por uma incoerência, aqui característica, da política do Estado e que devem ser tomadas como tentativas de manter sua autonomia relativa e de restaurar uma hegemonia de classe vacilante.

## II.

1. Mas estas características da crise do Estado não podem ser estudadas com precisão se não se levar em conta o papel do Estado em relação às classes dominadas. Na verdade, os aparelhos de Estado consagram e reproduzem a dominação de classe exercendo a repressão, a violência física com relação às massas populares, mas organizam igualmente a hegemonia de classe fazendo funcionar um certo jogo (variável) de compromissos provisórios entre o bloco no poder e certas classes dominadas, e instaurando um "consenso" ideológico destas com relação ao poder político das classes dominantes: eles organizem-unificam o bloco no poder desorganizando-dividindo permanentemente as classes dominadas, polarizando-as para o bloco no poder e recobrando sua organização política própria. A autonomia relativa do Estado capitalista com relação a tal ou qual fração do bloco no poder é igualmente necessária para que ele organize a hegemonia do conjunto deste bloco sobre as classes dominadas.

Isto se encontra igualmente inscrito na ossatura organizacional do Estado capitalista como condensação material de uma relação: o Estado concentra, em seu seio, e de modo específico, não apenas a relação de força entre frações do bloco no poder, mas igualmente a relação de força entre este e as classes dominadas. Evidentemente esta última relação não se cristaliza nos aparelhos de Estado do mesmo modo que a relação de forças no seio do bloco no poder: em função da unidade do poder de Estado como poder de dominação de



classe, as classes dominadas não existem no Estado através de aparelhos ou de ramos que concentrem um poder próprio destas classes. Porém isto não significa que a luta das classes dominadas permaneça "exterior" ao Estado e que as contradições entre as classes dominantes e as classes dominadas permaneçam contradições entre o Estado de um lado e as classes dominadas "exteriores" ao Estado do outro. Na verdade, a luta classes dominantes-classes dominadas atravessa ela mesma os aparelhos de Estado parte a parte, na medida em que estes aparelhos materializam e concentram o poder da ou das classes e frações dominantes em suas contradições com as classes dominadas.

Assim, a configuração precisa do conjunto dos aparelhos de Estado, a relação de dominância-subordinação entre os ramos e aparelhos de Estado, o papel ideológico ou repressivo de tal ou qual aparelho, a estrutura exata de cada aparelho ou ramo do Estado (exército, justiça, administração, escola, igreja etc.) dependem não apenas da relação de forças internas ao bloco no poder, mas igualmente do papel que eles devem preencher com relação às classes dominadas. Se por exemplo, tal ou qual aparelho reveste o papel dominante no seio do Estado (partidos políticos, administração, exército), é em geral não apenas porque ele concentra por excelência o poder da fração hegemônica do bloco no poder, mas porque ele consegue igualmente, e ao mesmo tempo, concentrar em si o papel político-ideológico do Estado com relação às classes dominadas. Ainda mais pelo fato de que um aspecto importante do papel do Estado na hegemonia de classe, portanto na divisão e desorganização das massas populares, consiste em organizar um jogo de compromisso entre o bloco no poder e as classes dominadas, em particular algumas dentre elas, notadamente a pequena burguesia e as classes populares do campo, erigindo-as como classes-de-apoio do bloco no poder e impedindo sua aliança com a classe operária. Isto se materializa na própria estrutura organizacional de tal ou qual aparelho de Estado que preenche esta função por excelência: na França, por exemplo, o aparelho escolar no que concerne à pequena burguesia, o exército no que concerne às classes populares do campo.

Enfim, as contradições bloco no poder-classes dominadas intervêm diretamente nas contradições no próprio seio do blo-

co no poder entre as classes e frações que o compõem: a baixa tendencial da taxa de lucro, por exemplo, elemento primordial de divisão no seio do bloco no poder, não é finalmente senão a expressão da luta das classes dominadas contra a exploração. Segue-se que não apenas as diversas frações do bloco no poder (capital monopolista, capital não-monopolista, capital industrial, capital comercial etc.) não têm sempre as mesmas estratégias com relação às massas populares, mas também que suas estratégias com relação a elas não são idênticas. Tal ou qual política do Estado é a resultante de um processo de contradições (tais como se exprimem, de modo específico, no seio do Estado) não somente entre frações do bloco no poder, mas também entre este e as classes dominadas.

2. Voltemos à crise política: do lado das classes dominadas, esta se manifesta (embora seja necessário distinguir, aqui também, entre diversas espécies de crise política) por uma intensificação considerável de suas lutas; uma politização destas lutas e uma modificação da relação de força entre bloco no poder e classes dominadas; por fissuras nas relações do bloco no poder e das classes-de-apoio e pela emergência destas no campo político como forças sociais efetivas; por uma crise ideológica que coloca em questão tanto o “consenso” das classes dominadas sob o poder das classes dominantes como sua representação-arregimentação através dos aparelhos de Estado (o que acentua as possibilidades objetivas de aliança e de união das massas populares); por uma acentuação de sua organização política autônoma e um peso maior de suas organizações de classe próprias, para não falar do caso de uma articulação da crise política com a crise econômica que restringe consideravelmente as próprias possibilidades objetivas de compromisso entre o bloco no poder e as classes dominadas e que acentua as divisões no seio do bloco no poder no que se refere às estratégias a adotar em relação às classes dominadas. Trata-se aí de uma série de contradições que se exprimem de modo específico, no próprio seio do Estado (o Estado é a condensação material de uma relação) e que são fatores diretos das características próprias já mencionadas da crise do Estado: contradições internas acirradas entre ramos e aparelhos de Estado e no seio de cada um deles, deslocamentos complexos de dominância entre aparelhos, suas permutações

de função, a acentuação do papel ideológico de tal ou qual aparelho que acompanha o reforço no exercício da violência de Estado etc. Coisas que testemunham tentativas do Estado de restaurar uma hegemonia de classe vacilante com relação às classes dominadas.

### *O pessoal do Estado.*

Insisti até aqui no aspecto de crise do Estado que concerne a suas instituições e aparelhos, e que é o aspecto fundamental desta crise. Ele não impede que esta crise do Estado se manifeste igualmente sob um outro aspecto que é o da crise do pessoal do Estado (pessoal político, funcionários, juizes, militares, policiais, professores etc.), em suma, uma crise da burocracia de Estado em sentido amplo. Na verdade, a crise política se traduz no próprio interior do corpo do pessoal estatal de várias maneiras: a) Como crise institucional do Estado, quer dizer precisamente como reorganização do conjunto dos aparelhos de Estado; b) Como acentuação, com traços próprios, da luta e das contradições de classe tal como elas se exprimem, de modo específico, no seio do pessoal de Estado; c) Como ascensão das reivindicações e das lutas próprias ao pessoal do Estado.

Para tal apreender, é preciso perceber antes de mais nada que este pessoal de Estado detém, ele mesmo um lugar de classe (não se trata de um grupo social ao lado ou abaixo das classes), e que ele mesmo é a este respeito dividido. Pertencimento ou lugar de classe burguês para as altas esferas deste pessoal, pequeno-burguês para os escalões intermediários e subalternos dos aparelhos de Estado: lugar que deve ser ele próprio distinguido da origem de classe deste pessoal, quer dizer das classes das quais este pessoal provém. Mas este pessoal constitui contudo, uma categoria social específica, possuindo, através de suas divisões de classe, uma unidade própria, efeito da estrutura organizacional do aparelho de Estado capitalista (separação do Estado e da economia) e de sua autonomia relativa com relação às classes dominantes, e que remete ao papel próprio deste pessoal na elaboração e no acionamento da política do Estado.

Desta forma torna-se claro que as características da crise política, quer dizer, da luta de classes que corresponde a ela,

impregnam necessariamente o pessoal do Estado: em função de seu próprio pertencimento de classe, a intensificação das divisões e contradições no seio do bloco no poder, a politização destas contradições, a ruptura dos laços de representação entre as classes e frações dominantes e seus representantes políticos, a diversificação conflituosa das estratégias e táticas com relação às classes dominadas e o caráter particularmente contraditório da política do Estado que daí resulta repercutem no seio das altas esferas do pessoal do Estado, exatamente como as características próprias da crise política do lado das classes dominadas, notadamente do lado da pequena burguesia (novo questionamento de seu papel de classe-depoio do bloco no poder), repercutem no seio dos escalões intermediários e subalternos deste pessoal.

Tudo isto se traduz então em divisões e contradições internas consideravelmente acirradas no seio do pessoal de Estado, colocando em questão sua própria unidade, mas que também aqui se revestem de uma forma específica: elas se formam na estrutura organizacional própria do aparelho de Estado, seguem a trama de sua autonomia relativa e não correspondem termo a termo, nem de modo unívoco, às linhas destas divisões na luta de classes. Elas se revestem notadamente da forma de “brigas” entre membros de diversos aparelhos e ramos do Estado, que se devem às fissuras e reorganizações destes, próprios à crise institucional do Estado, da forma de fricções entre “clique”, “facções”, “grandes corpos de Estado” no seio mesmo de cada ramo e aparelho. Mesmo quando as posições de classe repercutem no seio do pessoal do Estado por uma politização mais nítida deste pessoal (uma parte voltando-se, digamos “para a esquerda”, uma parte “para a direita”), tal processo sêgue caminhos específicos notadamente os da crise ideológica. Na verdade, como já vimos, a ideologia dominante, que o Estado reproduz e inculca, tem igualmente por função, sob uma forma específica, constituir o cimento interno dos aparelhos de Estado e a unidade de seu pessoal: pessoal que (Gramsci o tinha percebido bem), em função do papel geral de organização e de representação do Estado, faz parte, em seu conjunto ( e não apenas o pessoal dos aparelhos ideológicos), dos “intelectuais” em sentido amplo. Esta ideológico, cimento interno do pessoal de Estado, é precisamente a do Estado neutro, representante do interesse e da

vontade geral, árbitro entre as classes em luta: a administração ou a justiça acima das classes, o exército pilar da “nação”, a polícia garantia da “ordem” republicana e das “liberdades” dos “cidadãos”, a administração motor da “eficácia” e do “bem-estar” geral etc. A crise ideológica que, em suas relações com a crise política, levanta o véu da natureza real do Estado, repercute desta forma no seio do pessoal do Estado. Ao que é preciso, bem entendido, acrescentar os efeitos muito particulares da crise ideológica no pessoal dos aparelhos ideológicos (imprensa, aparelho escolar, igreja, meios de comunicação de massa, aparelho cultural etc.) que se traduz por uma ruptura dos laços entre o bloco no poder e seus “intelectuais orgânicos”.

É por estas razões que tais divisões e contradições no seio do pessoal de Estado, repercussões das posições da luta de classes, também não seguem uma linha de clivagem simples entre os escalões intermediários e subalternos por um lado, e por outro as altas esferas deste pessoal: se esta clivagem é a mais importante, estas divisões não deixam de atravessar verticalmente de parte a parte, a escala estatal. Estas contradições se articulam aliás de modo complexo às reivindicações e lutas corporativistas próprias do pessoal de Estado, lutas que se intensificam no contexto geral da crise política.

### *O imperialismo e o Estado nacional*

Enfim, um problema importante para a análise tanto da crise política como da crise do Estado atuais, que concerne ao contexto imperialista, a saber a fase atual do imperialismo (que não é senão a outra face da fase atual do capitalismo monopolista) e suas repercussões na própria forma do Estado nacional.

Direi muito sumariamente que o que caracteriza a fase atual do imperialismo é que, cada vez mais, e em função das formas revestidas pela internacionalização do capital e dos processos de trabalho, as relações de produção imperialistas dominantes (notadamente as dos Estados Unidos) se reproduzem elas mesmas no seio das outras formações sociais *ao se interiorizarem, por esta reprodução induzida, nas relações próprias a estas*: tendência que se manifesta, na fase atual, igualmente nas relações entre o imperialismo dominan-

te, o dos Estados Unidos, e notadamente de outros países imperialistas da Europa, produzindo uma dependência específica destes com relação àqueles. Esta interiorização vale também para as relações do capital imperialista estrangeiro com os blocos no poder destas formações, e tem efeitos sobre o Estado destas, Estado que intervém de modo decisivo na reprodução das relações imperialistas dominantes no seio de sua própria formação social.

Assim, o Estado nacional destas formações sofre modificações importantes de modo a encarregar-se deste processo de internacionalização do capital. Em revanche, a fase atual do imperialismo e esta internacionalização não retiram nada (como freqüentemente se pensa erroneamente) da pertinência do papel do *Estado nacional* neste processo. Não se trata de modo algum de um processo de internacionalização que, doravante, ocorreria “acima” destes Estados, e que, ou substituiria o papel dos Estados nacionais pelo das “potências econômicas” (sociedades multinacionais), ou implicaria o nascimento de um Estado supranacional efetivo (a Europa unida ou o super-Estado americano). Ainda mais pelo fato de que a luta de classes, quer dizer, a luta classe dominante — classes dominadas cujas relações de força o Estado condensa, se situa sempre, no essencial, no quadro do espaço nacional e se reveste sempre de uma forma nacional por excelência.

Voltemos à crise atual, para fazer assim uma observação de fundo de alcance mais amplo. É evidente que a crise atual é uma crise que concerne ao conjunto do capitalismo-imperialismo: o que significa que “fatores externos”, no sentido das contradições externas, intervêm no processo de crise no seio das diversas formações sociais, lugares efetivos de reprodução do capitalismo e de existência da cadeia imperialista. Mas, ao mesmo tempo na crise econômica e muito particularmente na crise política, lá onde a crise econômica se traduz em crise política, *são os fatores ou contradições internas que detêm o primado sobre os fatores externos*, e isto vale igualmente para a crise do Estado nacional das formações sociais onde ela ocorre. Colocar deste modo o primado dos fatores internos, primado que não concerne apenas às situações de crise, nos leva ainda mais longe: é preciso romper, de uma vez por todas, com uma concepção mecânica e quase topológica (senão “geográfica”) da relação entre fatores internos e

fatores externos. Não existem, falando corretamente, na fase atual do imperialismo, os fatores externos que agem puramente do “exterior”, por um lado, e por outro os fatores internos “isolados” em seu espaço próprio e que superam os primeiros concebidos desta forma. Colocar o primado dos fatores internos significa que as coordenadas da cadeia imperialista “exteriores” a cada país — incluindo aí a relação de forças mundial, o papel de tal ou qual grande potência etc — só agem sobre estes países por sua interiorização, quer dizer, na medida em que se inserem, modificando-a na relação de força entre as classes próprias a este país, e na medida em que se articulam a suas contradições específicas: contradições que, elas mesmas, por alguns de seus aspectos, aparecem como a reprodução induzida, no seio dos diversos países, das contradições da cadeia imperialista. Em suma, falar, neste sentido, de primado dos fatores internacional é reencontrar o verdadeiro papel que o imperialismo desempenha — desenvolvimento desigual — na evolução das diversas formações sociais e também em suas crises políticas e nas crises de seus próprios Estados nacionais. Isto contribui também para explicar um fato já mencionado, a saber que a crise econômica atual não se traduz necessariamente, e para todos os países em questão, em crise política — crise do Estado, e que, onde este é o caso, as diversas crises políticas apresentam, conforme o país, defasagens entre si, e podem manifestar-se sob formas muito diferentes (em diversas espécies de crise política).

### *A crise atual do Estado*

Terminarei assim esta exposição fazendo algumas observações, segundo as linhas teóricas estabelecidas acima, acerca da crise política atual: esta apresenta, onde ocorre, as características tradicionais da crise política, nas quais não me deterei. Mencionarei apenas alguns dos aspectos novos desta crise. Com efeito, ela se situa no contexto de uma crise econômica distinta das simples crises cíclicas do capitalismo. Isto coloca uma série de problemas relativos à própria crise econômica, problemas nos quais também não entrarei, pois são tratados por outras contribuições neste volume. Mas isto coloca também uma série de problemas relativos a:

a) O que designei como *acentuação dos elementos genéricos de crise* político-ideológica, acentuação própria da fase atual do capitalismo monopolista e que toca, desta forma, o conjunto dos países capitalistas.

b) A *crise* político-ideológica e a *crise do Estado* no sentido próprio, à qual assistimos atualmente em alguns países capitalistas, que concerne, sob certos aspectos, ao próprio caráter “estrutural” do qual esta crise se reveste nestes países: este caráter estrutural reside, como o havia observado, na repercussão da crise econômica em crise político-ideológica (crise de hegemonia), no seio de alguns países, quer dizer, nas relações atuais entre a crise econômica e a crise do Estado.

## I

Um dos problemas mais importantes com relação a isto consiste no fato de que, em função do novo papel econômico do Estado e das transformações dos espaços do político e da economia (transformações na separação do Estado e da economia), uma série destas funções do Estado, que consistiam em fazer funcionar contratendências à baixa tendencial da taxa de lucro (portanto, de algum modo, em evitar as crises) tornam-se elas mesmas, no contexto atual e além de um certo ponto que o Estado não pode deixar de transgredir, fatores geradores de uma crise que, por este próprio fato, supera a simples crise econômica. Assinalo de modo indicativo alguns aspectos novos do problema.

1. A acentuação considerável, no contexto atual, das contradições internas ao bloco do poder (contradições no próprio seio do capital monopolista, entre este e o capital não monopolista, entre o capital industrial e o capital bancário e comercial etc.), elemento importante de crise política, na medida em que já se traduz em instabilidade hegemônica. Para captar este elemento em toda a sua amplitude, é preciso, além disso, não perder de vista as condições atuais de internacionalização do capital: a reprodução induzida do capital estrangeiro no seio das diversas formações sociais e sua interiorização complexa pelo capital destas, produto de deslocamentos internos importantes deste capital, dando lugar, no seio destas formações, à emergência de uma nova divisão entre o que designei alhures por burguesia interior, que mesmo



estando ligada ao capital estrangeiro (não se trata de uma verdadeira burguesia nacional) apresenta contradições importantes em relação a ele, e uma burguesia inteiramente dependente de (e integrada a) este capital estrangeiro. Linha de divisão tendencial, que aliás nem sempre recobre a clivagem “capital não monopolista-capital monopolista”, mas que frequentemente atravessa estes capitais de parte a parte. Isto já constitui um fator suplementar de instabilidade hegemônica, ainda mais pelo fato de que as contradições interimperialistas, acentuadas em período de crise, se reproduzem diretamente no próprio seio dos blocos no poder dos diversos países. Ora, as funções “econômicas” atuais do Estado (desvalorização de algumas partes do capital, reestruturações industriais para elevar a taxa de mais-valia relativa, papel acrescido em prol da concentração do capital, ajudas seletivas a certos capitais, lugar decisivo do Estado nacional do processo de internacionalização do capital), funções acentuadas precisamente no contexto da crise econômica, jogam maciçamente, e mais do que nunca, em favor dos interesses “econômico-corporativos” estritos de certas frações do capital às expensas de outras. Esta imbricação direta do Estado nas contradições econômicas, com efeitos de bola de neve, não faz senão reavivar e aprofundar as fissuras políticas do bloco no poder; torna-se então, ela mesma, um fator direto de crise política, colocando permanentemente em questão o papel organizador do Estado no estabelecimento do interesse político geral do bloco no poder.

2. A “intervenção” orgânica do Estado em uma série de domínios, que, de marginais que eram anteriormente, estão a ponto de se integrarem, ampliando-se, no espaço mesmo de reprodução e de acumulação do capital (urbanismo, transportes, saúde, “meio ambiente”, equipamentos coletivos etc.), tem como efeito uma politização considerável das lutas das massas populares nesses domínios, na medida em que estas massas confrontam-se aí diretamente com o Estado. Elemento de crise política já importante mas que se acentua pelo próprio fato de que estas intervenções do Estado, visando entre outras coisas a elevação da taxa de mais-valia (relativa). pela reprodução-qualificação capitalista da força de trabalho, aumentam consideravelmente em períodos de crise mas despojando-se de seu aspecto-logro de “política social”. Estas in-

tervenções multiplicam assim, os elementos de crise (caso patente atualmente da ajuda ao desemprego ou a formação permanente), ainda mais pelo fato de que a nova pequena burguesia ou camadas assalariadas médias são, por sua natureza, particularmente sensíveis aos objetivos de luta referentes a estes domínios; estendendo-se consideravelmente as bases objetivas de sua aliança com a classe operária, assiste-se atualmente ao desabamento de todo um mito do Estado-providência ou Estado do bem-estar.

3. O papel do Estado em prol do capital estrangeiro ou transnacional, papel acentuado precisamente num contexto de crise (ver a debandada atual dos burgueses europeus sob o guarda-chuva econômico-político americano), acentua o desenvolvimento desigual do capitalismo no próprio seio de cada formação social nacional, onde se reproduz o capital estrangeiro, criando notadamente novos “pólos de desenvolvimento” de certas regiões às expensas de outras. Daí as rupturas da “unidade nacional”, da nação que sustenta o Estado burguês, pelo desenvolvimento maciço de movimentos regionalistas de caráter diretamente político, e que por mais ambíguos que geralmente o sejam não deixam de constituir elementos importantes da crise política atual.

4. Ao que se acrescenta o papel atual do Estado face à crise econômica no sentido mais estrito do termo. Parece-me que o problema novo com relação a esse dado é o seguinte: na medida em que o Estado intervém maciçamente na própria reprodução do capital, na medida em que também as crises econômicas são, sob um certo ângulo, fatores orgânicos e necessários desta reprodução, o Estado atual provavelmente conseguiu, através de suas intervenções, limitar o aspecto “selvagem” das crises econômicas (como a de 1930 por exemplo) mas na estrita medida em que se encarrega doravante diretamente das funções antes preenchidas em um período concentrado, por estas crises “selvagens”. Sem cultivar exageradamente o paradoxo, pode-se dizer que tudo se passa como se fosse doravante o próprio Estado que se encarregasse de promover crises econômicas “rasteiras” (exemplo patente do desemprego e da inflação atuais diretamente orquestrados pelo Estado, embora seja preciso não ver nisso apenas, nem mesmo principalmente, uma estratégia consciente da burguesia, mas o resultado objetivo do papel atual do Estado), ao

passo que no passado o Estado parecia se contentar em limitar estragos sociais das crises econômicas selvagens. O que, aqui também, tem como efeito uma politização considerável (contra a política do Estado) da luta das massas populares no contexto da crise econômica e pode-se traduzir em crise hegemônica "contida" do bloco no poder.

Mas é evidente que estas observações não são, de modo algum, exaustivas: para apreender a crise política atual, seria preciso estudá-la no conjunto de suas características, insistindo sobre certas formas novas, sob as quais ela se apresenta atualmente: notadamente as novas formas de ruptura entre a burguesia e a pequena burguesia, ruptura mais importante e que segue um caminho diferente do passado, na medida em que se trata doravante da nova pequena burguesia assalariada (os famosos "terciários") cuja polarização objetiva do lado da classe operária é, em função de seu lugar de classe, mais importante do que no caso da pequena burguesia tradicional (pequenos comerciantes e artesãos); emergência de novas lutas em frentes que não mais são, agora ditas "secundárias"; das lutas das mulheres até as dos trabalhadores imigrados, estudantes, etc, a amplitude e os novos elementos da crise ideológica, crise propriamente inédita até hoje sob o capitalismo, ao menos nos países dominantes etc.

Compreender então exaustivamente a crise política atual exigiria o exame concreto de cada país capitalista onde ela ocorre: com efeito, alguns dos dados que acabo de mencionar provêm, geralmente, da própria fase atual do capitalismo, referindo-se à acentuação dos elementos genéricos de crise, acentuação que caracteriza o conjunto da fase atual, marcada por uma instabilidade muito particular. Mas estes elementos só se traduzem em crise política no sentido próprio por sua articulação e condensação na conjuntura de alguns países capitalistas, embora o conjunto destes países seja afetado pela acentuação dos elementos genéricos de crise.

## II

Esta última observação nos leva à questão da repercussão da crise política, onde ela ocorre efetivamente, em crise do Estado. Questão que coloca aquela, conexa, das transformações consideráveis que, em graus evidentemente desiguais,

21200 ...  
afetam atualmente os aparelhos de Estado dos países capitalistas dominantes. Transformações que devem ser também entendidas como réplicas do Estado diante, entre outras coisas, da crise política lá onde ela ocorre efetivamente, inclusive diante de sua própria crise, pois se assiste atualmente, nestes casos, a um fracasso das tentativas do Estado em se instalar suavemente na gestão de sua própria crise e a uma explosão do que os ingleses chamam *crisis of the crisis management* ou "crise da gestão da crise".

Porém afirmo, aqui também, que estas transformações se devem, entre outras coisas, à crise do Estado lá onde ela efetivamente ocorre, o que nos traz de volta ao problema colocado no início deste texto. Com efeito, algumas destas transformações provêm geralmente, da fase atual do capitalismo monopolista e das coordenadas *permanentes* que lhe são próprias (inclusive a acentuação dos elementos de crise e sua instabilidade característica). Estas transformações recobrem então a *adaptação* (Giscard obriga a modernização, diz-se na França) do Estado diante das novas realidades das lutas de classe desta fase, e conduzem assim não simplesmente a uma virada autoritária ocasional do Estado burguês, mas à constituição de uma nova forma de Estado capitalista, com características próprias de "Estado autoritário" ou de "Estado forte", que poderiam muito bem significar que uma certa forma de "democracia política" "simplesmente não é mais possível sob o capitalismo". É a estas transformações que se articulam, em alguns destes Estados, as características específicas de crise do Estado, lá onde uma crise política no sentido próprio ocorre efetivamente. O que significa, então, que nem todos os Estados que apresentam transformações no sentido desta nova forma de Estado "autoritário" testemunham necessariamente uma crise do Estado, mas também e sobretudo que, no caso dos Estados cujas transformações testemunham, além disso, uma crise do Estado propriamente dita, aquelas transformações no sentido do Estado "autoritário", que provêm, de modo mais geral, da fase atual do capitalismo, persistirão mesmo após uma eventual absorção desta crise. E mais: no caso de uma saída eventual da crise do Estado no sentido de sua absorção, esta crise aparecerá como a via de uma transformação-adaptação, por meios específicos e "a quente", do Estado capitalista às novas rea-

lidades da luta de classes (nova forma do Estado capitalista). A questão, que sempre retorna — “trata-se atualmente de uma crise ou de uma adaptação (modernização) do Estado?” — coloca, sob certos aspectos, um falso dilema, pois pode-se muito bem verificar que se tratava, lá onde uma crise efetivamente ocorreu, de uma crise que conduziu precisamente a uma “adaptação-modernização” do Estado capitalista.

Desta forma não me é possível, no plano geral no qual me situo aqui, elucidar aquelas transformações do Estado que, num caso concreto, provêm da primeira ordem (nova forma de Estado adaptada às novas realidades da fase) ou da segunda (réplica do Estado diante da crise política e de sua própria crise). Contentar-me-ei em assinalar indistintamente, e de modo indicativo, alguns aspectos do processo atual, do qual aliás outras contribuições a este volume tratam, a fim de avaliar a extensão do problema, sem estabelecer também explicitamente a relação deste processo com as coordenadas da luta de classes que o determinam, e que mencionei ao longo deste artigo: processo que consiste ao mesmo tempo na acentuação dos elementos já presentes no Estado do capitalismo monopolista das fases precedentes, e em uma série de elementos novos:

1. A prodigiosa concentração do poder no executivo às expensas não apenas da representação “popular” parlamentar, mas igualmente de uma série de redes de representações fundadas no sufrágio popular, a nível tanto central como local ou regional;

2. A confusão orgânica dos três poderes (executivo, legislativo, judiciário) e a invasão constante dos campos de ação e de competência dos aparelhos ou ramos que lhes correspondem (polícia e justiça, por exemplo), poderes cuja “separação”, aliás sempre fantasmagórica, não deixava por isso de constituir o fundamento ideológico do poder burguês;

3. O ritmo acelerado de restrição das liberdades políticas dos cidadãos diante do arbítrio estatal, o que implica por um lado toda uma subversão político-ideológica dos limites tradicionais do “público” e do “privado”, e por outro lado modificações substanciais da noção mesma de “indivíduo-pessoa” político, e que reestrutura, assim, todo um novo

campo do que Foucault, no *Surveiller et punir*, designa como anatomia política ou microfisiologia do poder;

4. O declínio precipitado do papel dos partidos políticos burgueses e o deslocamento de suas funções político-organizacionais (com relação tanto ao bloco no poder como às classes dominadas) no sentido da administração-burocracia de Estado. Processo que implica a politização direta do pessoal dos aparelhos de Estado (dizia-se na época na França, o Estado UDR), que parece empreender uma caça às bruxas permanente (ver o caso da Alemanha atualmente), e que é acompanhado do deslocamento da ideologia dominante no sentido do “tecnocratismo” sob todas suas variantes, forma privilegiada de legitimação do Estado através do aparelho administrativo;

5. A acentuação no exercício da violência de Estado (tanto no sentido da violência física como no sentido da “violência simbólica”), o que caminha lado a lado com a acentuação do papel ideológico direto do Estado (imprensa, aparelho cultural, meios de comunicação de massa etc, em suma, aparelhos de “interiorização da repressão”), mas também com os deslocamentos deste papel dos aparelhos ideológicos (ensino, família, etc.) no sentido dos aparelhos repressivos (o exército, ou a polícia, por exemplo), implicando uma reorganização dos aparelhos repressivos;

6. Em estreita relação com as características precedentes, o estabelecimento de toda uma rede de novos circuitos e correntes de “controle social” (quadriculamento policial, setorização psicológico-psiquiátrica, enquadramento de assistência social), aparelhagem flexível e difusa na tessitura social. É desta forma que este esquadrinhamento de vigilância toma uma forma que R. Castel, em *Le psychanalyse*, chama “desinstitucionalização” da aparelhagem ideológico-repressiva e processo de “desencerramento”, na medida em que os aparelhos especiais (asilos, prisões, diversos lugares de concentração) destinados a “isolar” os supostos “anormais-desviantes-perigosos” se abrem, estendendo seu alcance sobre o conjunto do corpo social: o que implica, bem entendido, que o conjunto do corpo social é considerado como “anormal” e “perigoso”, deslocando-se a culpabilidade do ato realizado para a intenção inscrita na estrutura mental, estendendo-se a repressão da punição à previsão antecipada;

7. A subversão do sistema de direito e da ideologia jurídica, que correspondiam ao tradicional “Estado de direito”, a fim de levar em conta estas transformações institucionais: subversão que (caso patente na França) consiste igualmente no estabelecimento preventivo (por antecipação) de todo um arsenal jurídico ainda não aplicado mas já pronto para cobrir legalmente as atividades de um eventual Estado de exceção efetivo;

8. O recalque e deslocamento de cada ramo e aparelho de Estado (exército, polícia, administração, justiça, aparelhos ideológicos) em redes formais e aparentes, por um lado, e em núcleos estanques estreitamente controlados pelas cúpulas do executivo, por outro, bem como o deslocamento constante dos centros de poder real dos primeiros para os segundos, o que implica uma transmutação efetiva do princípio de publicidade em princípio do segredo, e do que o caso Watergate foi uma primeira ilustração;

9. O desenvolvimento maciço, diretamente orquestrado pelas cúpulas do próprio Estado, e o papel organizacional de redes estatais paralelas, de feição pública, semipública ou parapública-privada, que têm como funções simultâneas unificar e dirigir os núcleos estanques do aparelho de Estado, e que constituem também outras tantas reservas na previsão de embates sócio-políticos;

10. A incoerência prodigiosa, e muito característica, da política atual do Estado, cada vez mais reduzida a micropolíticas espasmódicas, imediatistas, e contraditórias entre si, o que chamamos de “vôo cego” ou mais nobremente “ausência de projeto global de sociedade” por parte do Estado e de suas diversas maiorias governamentais. Característica da política do Estado com relação tanto ao bloco no poder como às classes dominadas: daí as formas atuais do binômio “reformas-repressão” que marcam a política dos Estados capitalistas ocidentais.

Traços assinalados de modo indicativo, mas que bastam no entanto para mostrar a gravidade dos problemas com os quais uma estratégia da União da esquerda na França se confronta atualmente e que concernem diretamente às transformações radicais dos aparelhos de Estado que ela deverá acionar no caso de sua ascensão ao poder.